

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Sete Linhas Aéreas Ltda. é uma sociedade empresária limitada constituída de acordo com as leis brasileiras e tem por objeto o transporte aéreo de passageiros regular, operando vôos domésticos regulares para as regiões Centro e Norte do País. A Sete Linhas Aéreas Ltda., foi constituída em 14 de setembro de 2001, aqui denominada simplesmente "Entidade", tem por objetivo explorar essencialmente: (i) os serviços de transporte aéreo de passageiros regular; e (ii) transporte aéreo de cargas ou malas postais, na conformidade das concessões das autoridades competentes.

A Sete Linhas Aéreas iniciou seus vôos regionais em 2006. Opera regularmente priorizando a interligação com o Centro e o Norte do país. Confiabilidade e segurança são as linhas mestre do atendimento, tanto para passageiros, como cargas.

Em 2014 foi renovado a concessão de exploração do Hangar localizado no Aeroporto Santa Genoveva, cujo o contrato foi renovado por mais 10 anos.

2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Apresentação Das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciada principalmente na Norma Brasileira de Contabilidade aplicáveis a Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000).

a) Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados ao valor justo, exceto para os grupos de estoques e imobilizado. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2 Principais Práticas Contábeis Adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir e foram consistentemente aplicadas para todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Entidade são mensurados e apresentados utilizando a moeda nacional vigente (R\$ em Reais).

Two handwritten signatures in blue ink, one on the left and one on the right, appearing to be initials or names.

b) Transação em moedas estrangeiras

As transações efetuadas em outras moedas (diferentes da moeda funcional) são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na demonstração do resultado como Variações monetárias e cambiais, líquidas.

c) Reconhecimento de resultados

O regime adotado, para registro dos direitos, obrigações, custos, receitas e despesas, foi o de COMPETÊNCIA DO EXERCÍCIO, exceto para as informações contidas na Demonstração do Fluxo de Caixa.

d) Classificação de itens circulantes e não circulante

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

e) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência.

f) Provisões

As provisões e as ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor puder ser estimado com segurança.

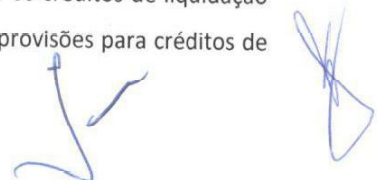
Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa tem uma obrigação "legal" ou "não formalizada" presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar esta obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, usualmente com vencimento em até 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) a partir da data da contratação, com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

h) Contas a receber de clientes

As contas a receber são mensuradas com base no custo, líquidas das provisões para os créditos de liquidação duvidosa, que se aproximam do valor justo, dada a sua natureza de curto prazo. As provisões para créditos de



liquidação duvidosa são constituídas quando há clara evidência de que a Entidade não será capaz de receber todos os montantes devidos, mediante análise de risco e levando em consideração a análise histórica da recuperação dos valores em atraso.

i) Direitos de curto prazo

São compostos por contas a receber, adiantamentos, impostos a recuperar, estoques e despesas antecipadas.

j) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

k) Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo de aquisição, deduzido de depreciação.

A depreciação é reconhecida pelo método linear às taxas anuais mencionadas na Nota 08 que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens, definidos pela RFB.

l) Passivo circulante e não circulante

São demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

m) Patrimônio líquido

Representado pelo Patrimônio líquido inicial, acrescido (reduzido) ao lucro (prejuízo) apurado anualmente.

n) Tributação

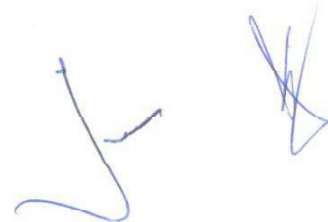
A Entidade apura seus impostos com base no lucro real, mediante levantamento mensal de balancete de suspensão ou redução para fins de IR e CSLL. Suas receitas são tributadas pelo Pis e Cofins cumulativo e não cumulativo.

3 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Julgamento Crítico na Aplicação das Políticas Contábeis da Entidade

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa



Essa provisão é fundamentada em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade atualiza as provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar tais obrigações. A Entidade está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal de suas atividades operacionais.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em assuntos ou decisões de tribunais sendo que os resultados reais podem diferir das estimativas.

NOTA 01 - CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

As disponibilidades são compostas por valores de alta liquidez. Os valores alistados em caixa são representados em espécie. Os saldos de bancos são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>2.016</u>	<u>2.015</u>
Caixa	6.000,00	6.000,00
Bancos Conta Movimento	381,41	157.324,04
Depósitos Bloqueados	-	27,00
Total	<u>163.351,04</u>	<u>163.351,04</u>

NOTA 02 - CONTAS A RECEBER

Este grupo de contas está composto por valores registrados como títulos a receber e recebimento de Cartão de Crédito, e demais recebimentos. Os saldos em 31 de dezembro de 2014 de Contas a receber são:



	2016	2015
Títulos a Receber (*)	229.334,92	361.692,77
(-) Títulos Descontados	-	-149.463,48
Cartões de Crédito a Receber	-	1.325.395,76
Desconto Indevido a Restituir (**)	-	23.951,28
Total	229.334,92	1.561.576,33

(*) Títulos a Receber referem-se a serviços prestados pendentes de recebimento.

(**) Desconto indevido no cartão de crédito ref. a clonagem, aguardando a devolução do valor pela Operadora.

NOTA 03 - ADIANTAMENTOS

Nesse grupo de contas são registrados os valores pagos de adiantamento de fornecedores, obrigações trabalhistas e adiantamento para importações em andamento, os saldos em 31 de Dezembro são:

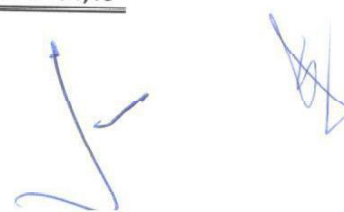
	2016	2015
Adiantamento de Salário	-	1.338,00
Adiantamento a Fornecedores	196.859,31	584.292,37
Adiantamento Aduaneiro	6.819,90	195,15
Adiantamento Férias	7.422,12	-
Total	211.101,33	585.825,52

NOTA 04 - IMPOSTOS A RECUPERAR

Este grupo de contas está composto por valores registrados como Imposto de Renda e Contribuição Social a compensar referentes a créditos de valores retidos na fonte. Esses créditos estão mantidos no circulante, considerando a expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis. Segue abaixo sua composição:

	2016	2015
IR Retido - Órgão Governamental	203.377,47	251.832,32
IRPJ Saldo Negativo	5.414,65	-
CSLL Retido - Órgão Governamental	84.199,57	78.564,00
Crédito Tributário a Recuperar	7.273,40	54.455,05
ICMS autuado a recuperar	4.347,79	1.583,11
PIS a recuperar	17.842,95	-
Cofins a recuperar	82.910,24	-
ICMS a recuperar	1.049,90	-
Total	406.415,97	386.434,48

NOTA 05 - ESTOQUES



Os estoques estão apresentados pelo valor de custo de aquisição e avaliados a custo médio. Em 31 de dezembro de 2016 este grupo tem a seguinte composição:

	2016	2015
Peças de Aeronaves	2.679.207,68	3.044.879,49
Material de Consumo	32.911,84	69.901,36
Conta de Ordem	768.360,15	755.513,78
	3.480.479,67	3.870.294,63

NOTA 06 -DESPESAS ANTECIPADAS

Este grupo está composto por valores de seguros contratados para vigência 2015/2016 cujas despesas serão apropriadas no exercício seguinte e por valores de Juros de operações de desconto de títulos e cartões a receber, que também serão apropriados no exercício seguinte.

A Entidade adota política de manutenção de seguros em níveis que a Administração considera adequados para cobrir os eventuais riscos de responsabilidade ou sinistros de seus ativos.

Em 31 de dezembro de 2016 este grupo tem a seguinte composição:

	Ativo circulante		Ativo não circulante	
	2016	2015	2016	2015
Prêmios de seguro a apropriar	-	105.609,23	-	-
Consultoria Jurídica BR	124.998,41	125.000,21	56.818,15	193.179,91
Depósitos Judiciais	-	-	260.482,76	214.572,90
IOF a apropriar	16.468,83	33.284,09	-	-
Pagamento Antecipado Vivo	-	1.218,08	-	-
Horas a apropriar PR-STE *	194.033,22	194.033,22	-	-
	335.500,46	459.144,83	317.300,91	407.752,81

* Com a paralização dos voos da Sete Linhas em 2016, não houve horas voadas na aeronave PR-STE.

NOTA 07 - INVESTIMENTO

Os valores registrados como investimentos são decorrentes de um contrato de aquisição de um condomínio aeroportuário entre as principais empresas de aviação civil que atuam em Goiânia para futuras instalações de um aeroporto privado na cidade de Aparecida de Goiânia, que iniciou com o depósito de R\$ 30.000,00 e não houve mais ações desde então. Em 2016, como não houve o prosseguimento do projeto e o mesmo não foi registrado, a empresa optou por reconhecer este valor como uma despesa não operacional, transferindo o saldo em 2016 para a conta de resultado.



	2016	2015
Cond. Aeroportuário de Goiás	-	30.000,00
	-	30.000,00

NOTA 08 - IMOBILIZADO

Discriminação	Dep.	Custos	Dep. Acumulada	Líquido 2016
Instalações	4%	2.771.413,53	913.460,73	1.857.952,80
Veículos	10%	314.340,42	218.267,26	96.073,16
Equipamentos de Informática	10%	361.293,79	279.789,72	81.504,07
Móveis e Utensílios	10%	395.232,08	263.944,63	131.287,45
Aeronaves	4%	13.211.152,99	3.142.899,43	10.068.253,56
Oficina	4%	870.389,67	9.614,55	860.775,12
Container	10%	5.745,00	967,06	4.777,94
Bens em Poder de Terceiros	0	123.197,62	-	123.197,62
Máquinas e Equipamentos	10%	305.327,25	196.561,34	108.765,91
Componentes Aeronáuticos	10%	5.786.783,49	3.346.671,58	2.440.111,91
Sistema de Informática	10%	157.448,43	11.862,45	145.585,98
Total		24.302.324,27	8.384.038,75	15.918.285,52

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios, ou por período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

(*) No balancete o grupo de intangível pertence a um grupo separado do imobilizado.

NOTA 09 – BENS EM PODER DE TERCEIROS




Os valores registrados como bens em poder de terceiros, no valor de R\$ 6.557,77 (seis mil, quinhentos e cinquenta e sete reais, setenta e sete centavos) em 31/12/2015, são decorrentes da remessa de 11 pneus para recauchutagem, na empresa Planave rio, conf. NF 0003969, retornados em 2016.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Bens em Poder de Terceiros	-	6.557,77
Total	<u>-</u>	<u>6.557,77</u>

NOTA 10 – BENS EM COMODATO

Os valores registrados nesta conta referem-se a materiais de higiene disponibilizados pela empresa Requite Dist. e Imp. Em 2010 e 2011, material de informática disponibilizado pela empresa Prime Net Informática Ltda, em 2010 e diversos materiais de telefonia móvel, disponibilizados pela empresa vivo S/A, nos anos de 2010 a 2013.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Bens em Comodato	20.460,37	20.460,37
Total	<u>20.460,37</u>	<u>20.460,37</u>

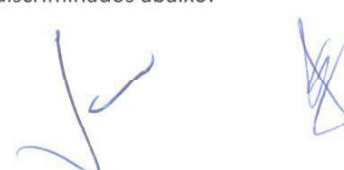
NOTA 11 – FORNECEDORES

Nesse grupo de contas estão registrados os valores em aberto até 31 de dezembro de 2016, referente à aquisição de bens, e serviços de fornecedores nacionais e internacionais e valores de distribuição de lucros aos sócios.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores Nacionais	2.798.299,97	3.732.750,73
Fornecedores Internacionais	31.188,73	479.332,24
Sócios	-	29.768,74
	<u>2.829.488,70</u>	<u>4.241.851,71</u>

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES FISCAIS e TRIBUTÁRIAS

As Obrigações Fiscais e Tributárias são decorrentes de valores de impostos sobre o faturamento e impostos retidos de terceiros, os valores em aberto em 31 de dezembro de 2016 estão discriminados abaixo:



	2016	2015
IRRF Retido Terceiros	1.302,89	4.592,64
PIS Retido	2.583,81	2.589,36
COFINS Retido	12.328,84	12.416,48
CSLL retido	12.250,84	9.871,71
Multa/ Juros s/ Tributos	-	27.687,90
IOF a recolher	-	17.033,32
INSS – O.S. 209	-	3.666,85
PIS/COFINS/CSLL	1.808,29	1.132,20
INSS Desoneração	244.096,37	116.547,08
PIS a recolher	112.876,90	138.147,42
COFINS a recolher	960.625,31	978.947,76
ICMS-DF a recolher	-	613,24
ICMS-GO a recolher	-	806,94
ICMS-TO a recolher	-	457,54
ISSQN a recolher	-	1.118,50
CSLL a recolher	130.014,68	117.061,79
IRPJ a recolher	316.591,66	329.369,97
ICMS-PA a recolher	414,20	3.681,49
ICMS MA a recolher	-	6,26
ICMS-PI a recolher	-	131,78
PGFN	3.043.533,12	-
Perdcomp em processo	619.441,63	-
Juros e Multas de Débitos Tributários	-	85.359,56
	5.457.868,54	1.851.239,79

Os débitos constantes na PGFN são, em sua maioria, provenientes dos parcelamentos cancelados no decorrer de 2016 devido a falta de pagamento.

Os débitos constantes nesta relação foram devidamente atualizados com juros e multas até a data de 31/12/2016.

Os Pedidos de compensação (perdcomp) informados nesta lista são provenientes de recuperação de créditos tributários. Foram compensados IRRF referente ao exercício de 2015 e 2016 que estavam em aberto, sendo que estes processos estão pendentes de julgamento na DRF.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

As Obrigações Trabalhistas são decorrentes basicamente de valores da folha de pagamento, e tributos sobre a folha de pagamento, os valores em aberto em 31 de dezembro de 2016 são:



	<u>2016</u>	<u>2015</u>
INSS a recolher	445.972,61	237.988,85
FGTS a recolher	53.909,13	551.134,41
IRRF - Folha	202.035,90	494.706,54
Salários a pagar	130.348,39	527.172,04
Férias a pagar	15.352,82	
13º Salário a pagar	59.919,34	458.493,78
Pensão Alimentícia a Pagar	589,60	968,21
Rescisões	7.702,87	169.883,60
	<u>915.830,66</u>	<u>2.440.347,43</u>

Os débitos constantes nesta relação ref. a INSS, FGTS e IRRF foram devidamente atualizados com juros e multas até a data de 31/12/2016.

NOTA 14 - PROVISÕES

As provisões são calculadas conforme determina a legislação trabalhista, tendo como base as remunerações dos colaboradores conjuntamente com suas verbas variáveis.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Provisão Férias	133.111,11	797.714,90
Provisão INSS s/ Férias	37.683,00	212.989,20
Provisão FGTS s/ Férias	10.648,80	63.816,56
	<u>181.442,91</u>	<u>1.074.520,66</u>

NOTA 15 – EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são compostos dos seguintes valores:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2016	2015	2016	2015
Banco Bradesco - 5000947	53,49	-	-	-
Banco do Brasil - 206822	22.264,71	17.797,87	-	-
Cheques a compensar	-	61.366,06	-	-
Banco SAFRA	3.488,41	-	-	-
Leasing Banco Bradesco - PR-STF	288.897,43	592.589,43	-	-
(-) Encargos Leasing Bradesco - PR-STF	(91.440,56)	(205.741,36)	-	-
Leasing Banco Bradesco - PR-STI	443.007,58	764.353,52	238.534,88	238.534,88
(-) Encargos Leasing Bradesco - PR STI	(135.005,22)	(250.723,98)	(77.145,84)	(77.145,84)
Leasing Banco Itau - PR-STZ	1.183.607,04	1.253.343,84	3.635.979,00	4.177.812,80
(-) Encargos Leasing Itau - PR-STZ	(387.225,12)	(297.322,61)	(1.000.331,62)	(991.075,29)
Petrobras - Bonificacao	369.429,66	520.320,53	783.447,71	783.447,71
Banco Santander - Cap. de Giro	-	87.894,51	-	-
(-) Encargos Santander - Cap. de Giro	-	(22.505,67)	-	-
Banco Itaú - Cap. de Giro	-	1.308.419,95	-	1.181.920,64
(-) Encargos Itaú - Cap. de Giro	-	(367.110,39)	-	(333.111,19)
Banco do Brasil - FCO	-	659.484,42	-	1.295.180,89
(-) Encargos Banco do Brasil - FCO	-	(50.416,92)	-	(121.840,87)
Banco Safra - Cap. de Giro	-	1.693.079,28	-	1.931.439,40
(-) Encargos Safra - Cap. de Giro	-	(399.792,06)	-	(556.439,45)
Leasing Bradesco - Voyage	-	6.172,80	-	-
(-) Encargos Leasing Bradesco	-	(865,40)	-	-
	1.697.077,42	5.370.343,82	3.580.484,13	7.528.723,68

A Entidade mantém contratos de arrendamento mercantil financeiro relacionado à aquisição de "Aeronaves". Esses contratos são designados em reais e em dólar e possuem cláusulas de opção de compra de tais ativos ao final do prazo do arrendamento, que varia de 08 a 15 anos, por um preço substancialmente inferior ao seu valor justo. A Administração possui a intenção de exercer as opções de compra nas datas previstas em cada contrato. Os valores dos pagamentos futuros estimados e o valor presente das parcelas obrigatórias do contrato (financiamentos) correspondentes a esses ativos estão devidamente demonstrados acima.

A redução do valor dos empréstimos em 2016 em relação ao ano anterior deve-se ao fato de que a sua controladora, Sete Táxi Aéreo Ltda, assumiu parte de suas obrigações bancárias, uma vez que a empresa Sete Linhas Aéreas Ltda paralisou suas atividades em 2016.

NOTA 16 – TAXAS E TARIFAS AEROPORTUÁRIAS

Nesse grupo de contas é registrado o valor em aberto até 31 de dezembro de 2016 os valores referentes a Tarifas de embarques e Taxas aeroportuárias em aberto, conforme descrito abaixo:

	2016	2015
Tarifa de Embarque	239.839,18	274.335,29
	239.839,18	274.335,29



NOTA 17 – TRANSPORTE A EXECUTAR

Nesse grupo de contas representa pelo registro de bilhetes vendidos e não utilizados, créditos de cliente referente a reembolso solicitados ou remarcação com a rubrica de MCO. Os valores em aberto em 31 de dezembro de 2016 são:

	2016	2015
Transporte a executar	3.367.878,72	5.492.169,70
MCO a pagar	61.190,69	75.869,19
	3.429.069,41	5.568.038,89

Com a paralização das atividades em 2016, não será possível prestar o serviço de transporte aéreo, e os valores acima ficarão em aberto aguardando a solicitação de reembolso por parte dos usuários dentro do prazo prescricional de 05 anos, a contar da data de sua emissão.

NOTA 18 – ADIANTAMENTOS

Nesse grupo de contas são registrados os valores pagos em adiantamento de clientes, os saldos em 31 de dezembro de 2016 são:

	2016	2015
Adiantamento de clientes	4.592.777,81	2.708.596,21
	4.592.777,81	2.708.596,21

A composição desta conta está representada, em sua maioria, pela venda de duas aeronaves Caravan, prefixo PR-MEH e PR-MEK cujo contrato de compra e venda prevê o pagamento parcelado até a quitação, ocasião em que haverá a emissão da NF de venda.

Os pagamentos a título de antecipação de venda das aeronaves estão mostrados abaixo:

Discriminação	Valor
Adiantamento ref. venda aeronave PR-MEH	1.947.031,88
Adiantamento ref. venda aeronave PR-MEK	1.420.000,00
Adiantamento ref. venda de peças das aeronaves	1.225.745,93
Total	4.592.777,81

NOTA 19 – OUTRAS PROVISÕES – IMPOSTOS PARCELADOS

Nesse grupo estão registrados os valores referentes ao parcelamento de tributos federais. Os valores são:



	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2016	2015	2016	2015
INSS parcelamento	29.718,56	258.869,17	66.866,76	867.093,22
COFINS parcelamento	43.864,54	76.896,60	171.495,85	159.705,82
IRRF parcelamento	130.762,10	194.434,56	326.905,25	286.271,58
PIS parcelamento	59.263,75	82.980,24	139.515,60	122.589,89
PGFN parcelamento	-	761.402,88	-	1.110.379,20
	263.608,95	1.374.583,45	704.783,46	2.546.039,71

Em 2016 o saldo de tributos parcelados diminuiu consideravelmente em relação a 2015, diminuição ocorrida pela perda dos parcelamentos na DRF e PGFN, sendo que seus valores voltaram a configurar a lista de tributos em aberto, discriminados na Nota Explicativa nº 12.

NOTA 20 – OUTRAS PROVISÕES

Nesse grupo está registrado a reserva de contingência que representa uma provisão de perdas extraordinárias em função de apropriação indevida de despesas de provisões trabalhistas ocorridas em 2011, baixada em 2016 por prescrição.

As despesas extraordinárias, como ações trabalhistas ou ações civis, cujo valor aqui representado é o de 2015, não sendo atualizado os saldos em 2016.

Considerando que a Sete Linhas Aéreas efetuou várias demissões de funcionários bem como realizou diversos reembolsos de bilhetes vendidos em função da paralização de suas atividades, o possível risco cível e trabalhista referente 2016 pode ser bem maior do que os apresentados em 2015, desta forma, o saldo desta conta em função de sua não atualização, pode não representar a real situação patrimonial da empresa.

	2016	2015
Reserva de Contingência	-	633.309,04
Provisão de Riscos Cíveis	61.223,11	61.223,11
Provisão de Riscos Trabalhistas	1.292.572,32	1.292.572,32
	1.353.795,43	2.026.086,29

Consolidado

	Riscos		Provisão registrada	
	Possíveis	Prováveis	2015	2014
Fiscais	-	-	-	633.309
Cíveis	1.390.415	61.223	61.223	-
Trabalhistas	673.227	1.292.572	1.292.572	-
Depósitos recursais	-	-	(165.650)	(67.327)
Subtotal	2.063.642	1.353.795	1.188.145	565.982
Honorários de assessores jurídicos	-	-	-	-
Total	2.063.642	1.353.795	1.188.145	565.982

Movimentação da provisão

	CONSOLIDADO				2015
	2014	Adições	Reversões	Encargos e Atualização	
Fiscais	633.309	-	-	-	633.309
Cíveis	-	61.223	-	-	61.223
Trabalhistas	-	1.292.572	-	-	1.292.572
Depósitos recursais	(67.327)	(98.323)	-	-	(165.650)
Subtotal	565.982	1.255.473	-	-	1.821.454
Honorários de assessores jurídicos	-	-	-	-	-
Totais	565.982	1.255.473	-	-	1.821.454

NOTA 21 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é gerido e composto da seguinte maneira:

	2016	2015
Capital Social	3.000.000,00	3.000.000,00
Reserva de Lucros/ Prejuízos	(13.019.649,39)	(1.335.398,01)
Prejuízo do Exercício	(4.547.474,81)	(11.755.208,11)
	(14.567.124,20)	(10.090.606,12)

NOTA 23- RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2016	2015
Passageiros - Linhas Regulares	222.896,88	29.681.466,68
Carga	-	694.074,05
Receita de Viagens Especiais	-	134.113,57
Receita Revalidação Bilhetes RTR	-	342.749,27
Outras Receitas Voo	-	2.883.544,04
Receita de D.U. Própria	-	136.408,90
Taxa de Reembolso Linhas Aereas	704.691,30	539.260,63
Receita de Serviços Diversos	-	46.001,89
Taxa de embarque Linhas Aéreas	-	85.417,20
Taxa Administrativas Linhas Aereas	-	82.353,24
	927.588,18	34.625.389,47

As vendas dos bilhetes de passagem são reconhecidos como obrigação "Transporte a Realizar" no grupo passivo circulante e sua contrapartida no ativo circulante (Disponível ou Clientes).

Posteriormente são reconhecidas como receita no momento de realização dos eventos listados abaixo:

- Receitas de passagens são provenientes da receita "voada".
- Outras receitas de voo são os bilhetes de passagens e tarifa de embarques vendidos e não voados, onde o cliente não solicitou a remarcação ou reembolso dentro do período de 01 ano, considerados

como prescritos, sendo que a partir de 2016, com a desativação das operações da empresa, a diretoria optou por conceder o prazo estabelecido no Código de Defesa do Consumidor, que prevê um prazo de 05 anos

- Receitas de Hangaragem são provenientes de guarda de aeronaves de terceiros.
- Receitas de serviços diversas são provenientes de contrato de locação da estrutura de internet no estado do Pará.
- Receitas de Transporte de Cargas são provenientes das cargas contratadas e faturadas por meio de notas fiscais.
- Receitas de Taxa de Reembolso são provenientes de valores cobrados pelo cliente nos pedidos de reembolso.


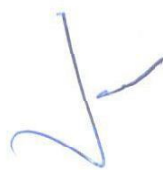
NOTA 24 –CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos são reconhecidos pelo regime de competência independente se houve pagamento. Os custos com manutenção de aeronaves referentes a peças são reconhecidos pelo cálculo médio de estoque no momento de utilização das peças.

	2016	2015
Salários e Ordenados	634.802,30	4.688.970,11
Comb. e Lubrificantes	37.554,63	11.998.690,53
Tarifas Aeroportuárias	117.851,41	1.843.901,55
Seguros de Aeronaves	197.031,85	838.145,06
Serv. Aux. Op. Voo Org. Terrestre	46.671,78	1.697.172,56
Custo com Transporte e Refeição	238.604,43	369.932,14
Peças e Manutenção de Aeronaves	195.564,77	4.321.070,36
Diárias e Estadias	111.598,68	1.173.524,36
Hangaragem	-	1.650,00
Encargos Sociais	758.456,80	831.332,16
Demais Custos Operacionais	793.750,73	1.852.588,85
Material de Consumo	46.757,26	26.198,86
Serv. Prestados p/ Terceiros - PJ	62.254,44	347.787,22
Prog. Alimentação/Refeição - Custos	161.279,30	1.259.452,80
	3.402.178,38	31.250.416,56

NOTA 25 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas são registradas pelo regime de competência e é destinada a manutenção das atividades administrativas da entidade.



	2016	2015
Salários e Ordenados	1.166.488,76	3.689.871,75
Outras Despesas Administrativas	545.256,56	1.376.348,39
Encargos Sociais	495.165,80	760.045,86
Despesas com Veículos	7.807,13	30.570,97
Água/Energia/Telefone	190.419,97	355.995,07
Despesas com Informática	150.259,93	569.358,41
Seguro Predial	105.609,23	100.968,86
Locação Maq. e Equipamentos	2.145,82	3.895,74
Manutenção Maq. e Equipamentos	-	900,00
	2.663.153,20	6.887.955,05

NOTA 26 – DESPESAS TRIBUTÁRIAS E FISCAIS

As despesas tributárias e fiscais registradas pelo regime de competência.

	2016	2015
Taxa e Imposto Municipal	2.952,11	13.502,10
Taxa e Imposto Estadual	12.841,80	3.596,63
Taxa e Imposto Federal	3.526,39	35.699,46
Taxas INFRAERO	2.593,98	186.535,20
Contribuição Sindical Patronal	4.032,59	2.210,87
Impostos e Taxas Diversos	170,00	186,00
Taxas ANAC	12.481,80	23.658,55
	38.598,67	265.388,81

NOTA 27 – OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

Outras receitas operacionais são valores recebidos das operações não usuais da entidade. A receita de bonificação está vinculada a contrato de fidelidade na compra de produtos da Petrobrás, recebida antecipadamente e registrada como obrigação no passivo circulante e não circulante, sendo baixada como receita mensalmente utilizando a proporção de consumo x meta estipulada em contrato.




	2016	2015
Outras Receitas	13.298,40	39.237,50
Recuperação de Despesas	2.618,50	127.615,03
Vendas de Bens do Ativo	10.005.523,79	4.799.016,26
Doações e Brindes Administração	-	10.055,85
Bonificação Petrobras	140.990,98	595.623,18
Recuperação de Créditos Tributários	-	276.309,40
Vendas de Peças do Estoque	222.458,91	-
Ajustes de Inventário	103.465,71	7.656,03
Reversão de Provisões	967.648,37	-
Descontos Obtidos	31.371,73	117.498,86
	<u>11.487.376,39</u>	<u>5.973.012,11</u>

Com a paralização das atividades da empresa, houve muitas demissões e algumas provisões trabalhistas não foram efetivadas, como férias, 13º e encargos. Em função disso, houve uma reversão destas provisões trabalhistas no valor de R\$ 289.618,11. Houve ainda uma provisão para o risco de cobrança de IOF no contrato com a Petrobrás que não foi confirmado como na previsão inicial, resultando também em uma reversão no valor de R\$ 44.721,22. Por fim, havia nos registros contábeis uma Provisão de Contingência, referente uma apropriação em duplicidade de provisões trabalhistas ocorrida em 2011, baixada totalmente em 2016 por prescrição, no valor de R\$ 633.309,04.

NOTA 28 – RESULTADO FINANCEIRO



	2016	2015
Receitas Financeiras	311,30	20.431,09
Despesas Financeiras	(2.605.937,30)	(5.727.852,17)
Total	(2.605.626,00)	(5.707.421,08)

Detalhamento de Receita e Despesas Financeiras:

Receitas Financeiras

	2016	2015
Juros Recebidos	311,30	20.431,09
Total	311,30	20.431,09

Despesas Financeiras

	2016	2015
Juros sobre Financiamentos	(1.116.530,95)	(2.734.550,86)
Despesa Bancária	(47.839,63)	(123.589,48)
I.O.F.	(21.655,23)	(125.217,41)
Juros e Multa sobre Tributos	(1.062.932,26)	(1.088.450,35)
Juros e Multa sobre Títulos	(197.182,66)	(388.498,52)
Charge Back	(123.356,45)	(532.995,81)
Despesas com Factoring	(36.440,12)	(677.582,74)
Demais Despesas Financeiras	-	(56.967,00)
Total	(2.605.937,30)	(5.727.852,17)

Variação Cambial

	2016	2015
(-) Variação Cambial Passiva	(251.028,96)	(3.553.499,95)
Variação Cambial Ativa	62.319,31	2.579.640,93
Total	(188.709,65)	(973.859,02)

NOTA 29 – LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

	2016	2015
Resultado Líquido	(4.530.988,11)	(11.755.208,11)

NOTA 30 – DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

O cálculo da depreciação é feito separando-se custo de despesa, utilizando-se as taxas estabelecidas pela legislação.




	2016	2015
Custo	1.385.800,63	1193820,75
Despesa	149.092,78	279.618,15
	1.534.893,41	1.473.438,90

NOTA 31 – LEI 12.973/2014.

A Sete Linhas Aéreas avaliou adequadamente as opções permitidas pela Lei e, em razão de não haver impactos tributários sobre a mesma, não adotou de forma antecipada os arts 2º, 3º, 4º ao 72º da Lei 12.973/2014, não gerando esta opção nenhum impacto tributário para a entidade, principalmente no que se refere a distribuição de lucros.

NOTA 32 – EVENTOS SUBSEQUENTES

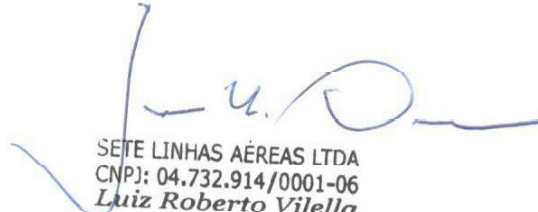
Durante o exercício social finalizado em 31 de dezembro de 2016, até a data da autorização listada na Nota 33, não houve fatos relevantes a serem divulgados.

NOTA 33 - AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS


A diretoria autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeira em 27 de fevereiro de 2017, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras.

Era o que tínhamos a relatar e a esclarecer, em adendo as Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas.

Goiânia (GO), 31 de dezembro de 2016



SETE LINHAS AÉREAS LTDA
CNPJ: 04.732.914/0001-06
Luiz Roberto Vilella
Diretor Presidente



Carlos Sousa Carrijo
Contador - CRC-GO 010.652
Av. Santos Dumont, s/nº Hangar III,
Aeroporto Stº. Genoveva, St. Stº. Genoveva
CEP 74672-450 Goiânia-GO - Fone: 3096-7048